
De cultura material, memória, perdas e ganhos

From material culture, memory, profit and loss

Artur Henrique Franco Barcelos*

Resumo: A cultura material tem sido estudada pelos mais diferentes campos das ciências humanas. Dentre esses, a arqueologia pretende ter na cultura material o seu objeto e meio, através do qual se dedica à compreensão do fenômeno humano. Contudo, a arqueologia é conhecida como a ciência que estuda sociedades do passado. Essa visão sobre o que seja arqueologia e o que fazem os arqueólogos limita as amplas possibilidades de estudo oferecidas e exigidas pela cultura material. Neste ensaio, se propõe uma reflexão sobre as distintas dimensões da cultura material e qual é o papel dos arqueólogos em relação ao seu estudo, sobretudo no momento em que a arqueologia brasileira vive uma grande expansão tanto na atuação profissional quanto no ensino acadêmico.

Palavras-chave: Cultura material. Arqueologia. Ensino de arqueologia.

Abstract: Material culture has been studied by many different fields of the humanities. Among these, archaeology wants to have its object and means in material culture by which is dedicated to understanding the human phenomenon. However, archaeology is known as the science that studies the past societies. This vision about what is the archaeology and what do the archaeologists, it limits the broad, offered and required possibilities of study by the material culture. This essay proposes a reflection on the different dimensions of material culture and the role of archaeologists in relation to its study, especially now that archaeology is living a great expansion both in acting professionally and academically.

Keywords: Material culture. Archaeology. Teaching archaeology.

* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS). Professor no curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rio Grande (Furg) e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel).
E-mail: ahbarcelos@bol.com.br



Três acontecimentos, não necessariamente encadeados, me levaram a repensar quase completamente a estrutura deste ensaio. E a eles tentarei dar a devida dimensão. Em junho deste ano, minha mãe faleceu, vinte e um dias após completar 70 anos. Mas os elementos que desse fato/ evento me trazem até estas páginas talvez tenham iniciado um pouco antes, quando ela ainda estava internada no Centro de Tratamento Intensivo do pequeno hospital de um município do Litoral onde escolhera viver, sozinha, nos últimos seis ou sete anos. Uma noite me vi na condição de pernoitar em seu apartamento, aguardando o boletim médico do dia seguinte. Ali, me senti, pela primeira vez, um invasor. Invasor do espaço/lar de minha própria mãe. A casa simples, de apenas quatro cômodos, era todo o universo material daquela mulher, que, embora sendo minha mãe, ainda me era uma incógnita em certos aspectos. A angústia da espera me fez dormir tarde. E movido mais pelo cansaço do que pela razão, optei por fazê-lo na cama de minha mãe. Revirando, não sem constrangimento, seu roupeiro, encontrei uma camiseta que eu mesmo havia dado a ela, em 1992. Estava em ótimo estado, embora se pudesse perceber que ela fazia uso frequente daquela peça de roupa. Ainda sem uma razão em especial, vesti aquela camiseta e, antes de adormecer, pensei muito sobre o curioso daquele momento, cujo principal elemento que me unia a minha mãe não era sua enfermidade ou a preocupação com sua condição, mas aquela camiseta, que fora minha, pertencia agora a minha mãe e que voltava ao meu corpo, 18 anos depois, em uma situação tão inesperada e adversa.

Minha mãe deixou o hospital e voltou para casa. Parecia bem, e me contava, por telefone, que estava aprendendo uma nova técnica artesanal, com base no reaproveitamento de garrafas plásticas para a fabricação de pequenas cadeiras. Mas seu coração não suportou um novo acidente cardíaco, e ela voltou ao hospital, falecendo em poucos dias. Era necessário, então, providenciar o traslado de seu corpo para a capital, pois a família decidira sepultá-la em jazigo, com meu pai, falecido há 25 anos. Para deixá-los no mesmo túmulo, seria necessário promover a exumação do corpo de meu pai. A exigência da presença de um familiar fez com eu tivesse que acompanhar esse ato. Embora tenha nutrido o carinho e o respeito por ele de forma absoluta, é forçoso confessar que, desde seu falecimento, estive apenas uma vez em sua sepultura e retornava, agora, para acompanhar a abertura da mesma. Para os que como eu não estão habituados com túmulos de parede, é necessária uma rápida descrição. Eles são constituídos em nichos horizontais



dispostos lado a lado, em vários níveis. Por isso são popularmente chamados *gavetas*. Em geral, suas medidas comportam um caixão regular, algo em torno de 2m de profundidade por 60cm de largura, e com uma altura em torno de 60cm. Sua entrada é lacrada com uma tampa de cimento, substituída, quando a família tem condições, por uma lápide de mármore. Não por acaso, os cemitérios estão cercados de pequenos negócios dedicados à produção de lápides, a fotografias e a nomes dos falecidos, com pouca variedade de modelos que se repetem ao longo das paredes. No caso de meu pai, lá estava a lápide, com sua fotografia dentro de uma moldura oval. O tempo havia se encarregado de quase apagá-la por completo. Os funcionários do cemitério isolaram o segmento da parede onde estava seu túmulo, e a administração me chamou para checar os dados e permitir a abertura, isso em meio ao velório de minha mãe, por volta das 10 horas da manhã de um lindo dia de sol.

Os funcionários me informaram que bastava a autorização e que não seria necessária minha presença na exumação. Hesitei por um instante, mas, tomado pela curiosidade e exercendo um autoconvencimento com base em minha formação de arqueólogo, decidi acompanhar os procedimentos. Foi muito mais breve do que se possa imaginar. Em poucos minutos, a lápide fora removida, e o que restava do conteúdo do túmulo começou a ser separado. Lá estavam os ossos de meu pai, sendo retirados de dentro das roupas que vestiram seu corpo 25 anos antes. Relativamente conservadas, as calças, a camisa, a gravata, o casaco e os sapatos foram separados dos ossos, que eram depositados em uma pequena urna de plástico. Ao fim, restavam apenas os fêmures, as tíbias, a bacia, as costelas, os úmeros, etc. E havia o crânio, em cujo cimo um tufo de cabelos parecia fazer recordar a calvície que se ensaiara pouco tempo antes da morte de meu pai. Foi quando percebi que, materialmente, meu pai estava reduzido àqueles ossos. Não havia nenhum objeto. Um anel, uma pulseira, um cinto, uma abotoadura, nada que lembrasse as coisas que foram dele, além das roupas rotas e misturadas aos restos do caixão. Talvez por essa razão e por nenhuma outra de caráter religioso, pedi aos funcionários que retirassem do entulho a ser descartado um crucifixo que fizera parte da tampa do caixão. E, com cuidado, o depusitei sobre os ossos, na urna. Pronto, agora haveria “algo” que continuaria a acompanhar “meu pai”, como lembrando que ele era /havia sido um ser humano. E seres humanos precisam (ou são) das coisas que eles próprios fabricam, como tentarei retomar mais adiante. Mas voltemos, então, às coisas de minha mãe, pois seu corpo agora já está devidamente ocupando



o espaço liberado, que conta ainda com a urna de ossos e um crucifixo, ao lado de um novo caixão.

A circunstância me fez retornar àquele apartamento, mas, dessa vez, o sentimento de invasão fora substituído por outro. Se, na primeira vez, ela poderia voltar a qualquer momento, agora eu sabia que isso não iria ocorrer. E foi então que me vi diante de um espectro invisível, em que pese o contraditório da sentença formulada. Mesmo invisível aos meus olhos, minha mãe estava ali, em todos os cantos e recantos daquele apartamento. Estava na xícara que permanecera sobre a pia da cozinha, com o resto seco de seu último café. Estava em suas revistas de palavras cruzadas, deixadas na mesa da sala, com uma caneta marcando a última página em que ela se distraiu preenchendo os quadros do crucigrama. Estava em suas roupas penduradas no varal, perto da janela da cozinha. Estava na cadeirinha de plástico, a primeira e última feita com a nova técnica que ela aprendera. Estava na cama desfeita da última noite, interrompida pelo infarto que a levara, às presas, de volta para o hospital. Por meio daquelas “coisas”, a vida de minha mãe ficara suspensa. Um instante no tempo, seus últimos dias de interação com o mundo físico, marcados indelevelmente pela forma como ela manipulou, dispôs, produziu e descartou as coisas que a cercavam e *eram* ela ao mesmo tempo. Não fui o único a estar no apartamento naqueles dias posteriores à morte de minha mãe. Minhas irmãs também o fizeram, e cada um de nós ficou com aquelas “coisas” que mais nos interessavam. Sem entrar em minúcias, as escolhas refletiram mais ou menos o grau de relacionamento que cada um de nós manteve com nossa mãe, como se os artefatos selecionados pudessem confirmar ou explicitar os elos distintos que nos uniam a ela. Pois creio ser desnecessário entrar na questão das diferenças entre irmãos no tocante aos relacionamentos com seus pais.

O último fato/evento a que quero fazer referência ocorreu dois meses após a morte de minha mãe. Por conjunturas profissionais, minha esposa e eu tivemos que mudar de casa e de cidade. Isso nos obrigou a desmontar nosso apartamento ou, melhor dito, deslocar todas as “coisas” que compunham seu interior. Assim, nos vimos envolvidos em embalar nossas roupas, livros, artesanatos, eletrodomésticos e tudo o mais. Em meio a isso estavam caixas que permaneceram fechadas por alguns anos. Agora, era preciso abri-las para inventariar seus conteúdos e promover o descarte. E lá estava eu novamente lidando com fragmentos de minha própria história. Lá estavam revistas, livros, bilhetes, relógios, óculos, pulseiras,



anéis, alguns brinquedos, e tantas outras “coisas”, que exigiam uma reflexão, ainda que breve, sobre o peso de sua importância, à mercê de serem deixados de lado, para sempre. Agora não eram as “coisas” de minha mãe, ou o último artefato ligado ao meu pai: eram as minhas coisas, que um dia eu manipulara, vestira, comprara, ganhara, enfim, que um dia eu havia atribuído tantos quantos fossem os sentidos por mim determinados. Não é preciso dizer o quanto essa seleção foi difícil. E quantos objetos voltaram para caixas que permanecem na casa nova, fechadas, mas dos quais não consigo me desfazer.

Qual o nexó que une os fatos/eventos acima narrados? De entrada, poderia fazer menção a, pelo menos, dois. O primeiro é que todos eles envolvem “coisas” materiais que possuem fortes significados, os quais só podem ser compreendidos por minha mediação. Do contrário, seriam apenas artefatos, passíveis de serem descartados, vendidos, doados, ou até mesmo estudados por historiadores, antropólogos e arqueólogos, caso seu destino fosse outro. O segundo é que se trata de “coisas” manipuladas, usadas, no tempo presente, ou seja, não pertencem a uma cultura do passado, nem mesmo a uma cultura alheia à minha própria. E devo dizer que, em todos os momentos descritos acima, veio à minha memória o excelente texto de Stallybrass,¹ publicado no Brasil, sob o título *O casaco de Marx: roupa, memória, dor* (2004). De fato, a leitura desse autor abriu-me novas perspectivas ou veio a cimentar uma tendência que já se esboçava desde meu retorno à área de arqueologia, na condição de professor. Essa tendência diz respeito às minhas novas indagações sobre a cultura material e seu lugar na cultura como um todo, e sobre o papel da arqueologia em seu estudo, sobretudo, quando me vi na circunstância de ministrar a disciplina de “Introdução ao estudo da Cultura Material”.

Montei a disciplina em três eixos, seguindo algumas sugestões de Hilbert, que já havia enfrentado esse desafio antes. O primeiro eixo foi o “lixo” como cultura material. O segundo foi a “arquitetura”, e o terceiro, a “indumentária”. Para cada um deles, os alunos deveriam seguir três etapas: coleta e descrição densa, análise e formação de conjuntos e, por fim, chegar a algumas interpretações. A ideia era levá-los a uma aproximação com a cultura material do tempo presente e de seu próprio universo cultural. De todas, creio que a experiência com o lixo foi a mais frutífera. Os grupos deveriam trazer o lixo seco individual de cada componente, acumulado ao longo de duas semanas e armazenados em sacos pretos não identificados. Em laboratório, separei os sacos de forma





que cada grupo manipulasse o lixo acumulado por outro. As expressões de surpresa logo deram vez à curiosidade pela vida alheia, vasculhada sem pudor em um ambiente controlado. Os conjuntos foram se formando em torno de aspectos da saúde, alimentação, hábitos de higiene, entre outros. Aqueles artefatos foram ganhando novas lógicas, talvez distintas daquelas presentes durante seu uso e descarte, pelas mentes instigadas dos estudantes. E a cultura material do presente começou a mostrar seu potencial de análise para estudos de consumo, renda, gênero, sensibilidades, etc.

Da experiência relatada acima, resultou a aproximação de meus alunos com alguns aspectos da cultura material, os quais perpassam o fazer arqueológico, a saber, seu potencial informativo e a absoluta subjetividade que envolve a relação arqueólogo/cultura material. Mas faltava a definição do próprio conceito de cultura material. Não pretendo chegar a ela aqui. Não o faço porque as dimensões deste ensaio não o permitem e porque outros já o fizeram melhor e em outros estudos. Mas pretendo, isso sim, apontar alguns aspectos que podem trazer subsídios para os arqueólogos de hoje e do futuro próximo, mormente no Brasil.

Uma primeira questão deve ser sedimentada aqui para o que se pretende abordar, e que, em muitos casos, passa em branco nas discussões atuais sobre cultura material. Foram Leakei et al., que, em 1964, em seu artigo “A new species of the genus homo from Olduvai Gorge” (LEAKEI; TOBIAS; NAPIER, 1964) determinaram a união inseparável entre *humanidade* e *cultura material*, como já apontado por Lewin (1999, p. 285). Naquele famoso e polêmico artigo, Leakei e seus colegas propunham a classificação de uma nova espécie do gênero *Homo*, a saber, o *Homo Habilis*. Até então, as espécies eram classificadas por aspectos anatômicos. Ao incluir na descrição da nova espécie a habilidade na fabricação de ferramentas de pedra (lítico), os autores estavam, implicitamente, defendendo a tese de que, embora os *Homo Habilis* possuísem um crânio com 640cm³, em média, o que os deixava entre os australopithecíneos, pela classificação de Arthur Keith, a produção de cultura material era um dado observável apenas naqueles indivíduos e não nos demais hominídeos até então conhecidos. Com alguma resistência, o *Homo Habilis* foi aceito e se inaugurou a *certeza* científica de que o ser humano é o que é porque, em algum momento do passado, passou a fabricar ferramentas. Certo ou errado, é em torno dessa ideia,



sem admiti-lo ou reconhecê-lo, que a definição científica de humanidade gira. Somos o que somos porque fazemos “coisas”? Sendo certa essa afirmação, temos que reconhecer que a cultura material é muito mais do que aquilo que fabricamos, utilizamos e, eventualmente, descartamos. Ela não é apenas parte do que significa ser humano. Ela é a própria humanidade. Não há humanidade sem cultura material. Expressão forte e não isenta de críticas, mas insuficiente para definir o que seja cultura material.

Muito antes de Leakei e seus cols. e de sua ousada classificação da espécie *Homo Habilis*, Marx já havia exposto sua concepção sobre a base material da história humana. Em *A ideologia alemã*, Marx apresentava os *momentos*,² ou as *condições*, que intervêm no desenvolvimento histórico:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas para poder viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material. (1987, p. 39).

De Marx e, obviamente, de Engels tem-se a concepção de que a história, pelo menos a dos seres humanos, está inseparavelmente relacionada à produção material da vida. Assim, as espécies do gênero *Homo* diferenciam-se das demais pela produção de sua vida material. E sem essa produção, não há história possível. Pelo menos no tocante aos seres humanos, o que significa dizer que essas concepções não negam a historicidade dos outros seres vivos, mas apenas assinalam o que constituiria a forma de vida humana e, conseqüentemente, sua humanidade, ou seja, a cultura material.

Os artigos já clássicos de Bucaille e Pesez para a Enciclopédia Einaudi (1989) e de Jean-Marie Pesez para o livro de Le Goff (1993) não chegam a uma definição específica de cultura material, mas apresentam um excelente panorama do desenvolvimento e das aplicações do conceito ao longo do século XX. Há uma vasta bibliografia específica e geral que trata da cultura material e seu estudo a partir da arqueologia, da história, da museologia, do *design*, etc. (SCHIFFER; MILLER, 1999; RENFREW; SCARRE, 1998; SKIBO; SCHIFFER, 2008; MESKELL, 2005; JONES, 2007; LIVINGSTONE; PLOOF, 2007; WOODWARD, 2007). Contudo, no Brasil, vemos, com



frequência, a recorrência de uma definição estabelecida por Menezes, a qual vale a pena destacar:

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social. Conforme esse enquadramento, os artefatos – que constituem, como já foi afirmado, o principal contingente da cultura material – têm que ser considerados sob duplo aspecto: como *produtos* e como *vetores* de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais. Em conseqüência, a Arqueologia não precisa mais ser definida como a disciplina que se ocupa dos artefatos, das coisas materiais e seu contexto (isto é, das manufaturas e das relações espaciais nas quais elas se apresentam), mas poderia ser recebida no convívio das demais ciências sociais. Em outras palavras, também a Arqueologia estuda os sistemas sócio-culturais, sua estrutura, seu funcionamento e seu comportamento ao longo do tempo, sua mudança. A particularidade está em que, para essas operações, ela conta exclusiva ou preponderantemente com informação derivada dos restos materiais – a cultura material. Não hesito, pois, em considerar a Arqueologia como História da cultura material. (1983, p. 112-113).

Essa longa definição avança sobre dois aspectos que interessam particularmente aos arqueólogos: a ampliação da noção de cultura material, não mais restrita aos artefatos, embora esses constituam o centro dos argumentos do autor; e qual é o papel da arqueologia no estudo da cultura material. Quanto ao primeiro aspecto, Menezes destaca a cultura material como *suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção*



e reprodução da vida social, sendo os artefatos, como elementos da cultura material, vistos *como produtos e vetores de relações sociais*. Produtos, na medida em que resultam das demandas geradas nas relações sociais, sejam elas econômicas, políticas, simbólicas, sejam elas de qualquer outra natureza. Vetores, na medida em que as relações humanas se dão a partir dos elementos materiais por elas produzidos. Essa segunda dimensão é uma das mais difíceis de serem percebidas ou mesmo determinadas, dado o absoluto grau de introjeção desse aspecto entre os seres humanos, sem a necessária consciência do mesmo. Quanto ao segundo aspecto, para Menezes, a arqueologia estuda os sistemas sócio-culturais, sua estrutura, seu funcionamento e seu comportamento ao longo do tempo, sua mudança. Sua particularidade em relação às outras áreas das ciências humanas, notadamente a história, se daria pelo fato de que para fazê-lo, a arqueologia conta *quase* exclusivamente com a informação alcançada via “restos materiais”. Essa busca de uma história através da cultura material é que faz com que Menezes considere a arqueologia como “História da Cultura Material”. Em que pese a importância da conceituação feita pelo autor, há que se considerar duas questões que perpassam a mesma e que, nem sempre, têm valoradas suas implicações no que seja a arqueologia e qual seria o rol no qual atuariam os arqueólogos.

Em primeiro lugar, está a ideia de que, apesar de o autor incluir em sua definição as “coisas animadas”, o “corpo humano” e, até mesmo “seus arranjos espaciais”, ao fim e ao cabo, termina por afirmar que aos arqueólogos cabe estudar os sistemas socioculturais por meio dos “restos materiais”, limitando, a meu ver, portanto, as possibilidades interpretativas dos arqueólogos daqueles elementos já descartados, em desuso ou desfeitos de seus usos originais. Em segundo lugar, ao considerar a arqueologia como a história da cultura material, retorna, ainda que não seja essa sua intenção, a uma separação dupla entre os homens e a cultura material. Dupla porque, por um lado, vê a cultura material como algo passível de ser historiado *de per se*, em uma história da cultura material, mesmo que o objetivo seja o de compreender os sistemas culturais ao longo do tempo; e, por outro, por separar a cultura material do passado, os “restos materiais”, daquela do tempo presente, que nos cerca, nos envolve.

Valho-me, aqui, da definição de Menezes por ser a mais frequente nos trabalhos que tratam de cultura material no Brasil, mas não creio que essa seja a única que, de uma forma ou de outra, mantém esse



duplo aspecto da relação entre cultura material e arqueologia, ou seja, a ideia de que os arqueólogos estudam fenômenos humanos majoritariamente a partir de artefatos, e de que não se trata de quaisquer artefatos, mas daqueles resultantes de ações passadas de outros seres humanos. É justamente esse “quase consenso” que me impele a refletir sobre qual arqueologia se pretende ensinar e aprender nos anos vindouros. E essa reflexão é tão mais pertinente no momento em que, no Brasil e também em outros países da América Latina, a arqueologia passa pela maior expansão do campo desde seus primórdios, ainda no século XIX. De fato, as últimas décadas têm sido marcadas pelo crescimento da presença de arqueólogos no mercado de trabalho e, mais recentemente, pela criação de cursos de graduação em diversas universidades brasileiras. (BEZERRA, 2008). Esse último caso interessa-me particularmente.

Coube a um número grande de arqueólogos assumir a tarefa de “ensinar” arqueologia para acadêmicos aspirantes ao campo profissional. Assim, algo que pareceria um simples exercício de docência universitária (se é que algo assim seja possível) transformou-se em um desafio que cresce a cada dia. Digo desafio, pois a maioria dos docentes que atuam nas novas graduações não tinha experiência no ensino regular de arqueologia. De certa forma, antes dos cursos de graduação, sempre se “ensinou” arqueologia no Brasil. Vale destacar que, no Brasil, tivemos uma graduação em arqueologia na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, entre 1981 e no início dos anos 2000. (BEZERRA, 2008, p. 140). Assim, em se tratando de graduação específica em Arqueologia, temos um diminuto grupo com experiência, formado por aqueles que atuaram na docência, na Estácio de Sá. Isso não significa que alguns dos atuais docentes de graduação em Arqueologia não tenham experiência em ensino de arqueologia. Há vários professores que já atuavam em cursos de graduação em História e Antropologia, para citar apenas esses dois cursos e que agora lecionam nas novas graduações em Arqueologia. Há também aqueles que já possuíam trajetórias docentes em Programas de Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado) em Arqueologia. A diferença, a meu ver, reside no fato de que, agora, lidamos com a tarefa de constituir cursos específicos de Arqueologia em nível de graduação, cujos conteúdos programáticos, disciplinas e, sobretudo, as expectativas dos estudantes giram, especificamente, em torno da arqueologia. Diferentemente das especializações, mestrados, doutorados, ou das graduações em outras áreas, sendo que, em ambos casos, o tempo dedicado especificamente ao estudo da arqueologia é inferior a quatro



anos, as graduações em Arqueologia devem ser pautadas em um tempo muito maior dedicado a aspectos específicos desse campo, ainda que os cursos presentes no Brasil apresentem uma grande diversidade de disciplinas de outras áreas do conhecimento.

Mas o que realmente pretendo destacar é o fato de que convivemos em um campo de atuação onde o que menos há é um consenso sobre o que seja arqueologia e cultura material. Não que a ausência de tal consenso seja de todo prejudicial, pois estimula o debate e a troca de ideias. Porém, são as concepções presentes no corpo docente desses cursos que definirão o perfil de seus egressos e, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho. Portanto, dependerá da forma como se conceba o que seja o *fazer* do arqueólogo, a formação que será oferecida aos acadêmicos. Daí a importância de se discutir o conceito de cultura material, na medida em que esse parece ser a chave para que os arqueólogos possam abrir novas perspectivas de atuação sem o receio de “invadir” territórios alheios. E há sinais claros de que essa abertura vem ocorrendo. Silenciosa em alguns momentos, polêmica em outros.

A aproximação cada vez maior de arqueólogos com questões ligadas ao patrimônio e às identidades parece estar influenciando positivamente na reflexão sobre os limites e as possibilidades de atuação profissional, seja no ensino, na pesquisa acadêmica, seja na arqueologia autônoma. A expansão desta última, por meio de contratos em empreendimentos de pequeno, médio ou grande porte, fez com que os arqueólogos passassem a conviver, cada vez mais, com as comunidades em presença nas suas áreas de estudo. Também fez com que passassem a conviver com os conflitos advindos do choque entre modernidade/tradição, desenvolvimento/impacto social, entre outros. A legislação também teve que ser adequada à nova realidade, processo ainda em curso e com sérias lacunas a serem preenchidas. Assim, vivemos um momento em que se está formando algumas centenas de arqueólogos, espalhados por dez ou onze cursos de graduação, em diferentes estados do País e diante de uma acelerada transformação no campo profissional dos arqueólogos. E, sobre esse trem em alta velocidade, estão docentes e acadêmicos de cursos de Arqueologia, agarrando-se às classes que são sacudidas pelo movimento constante.

Seria esse, então, o momento propício para que os arqueólogos, e não apenas aqueles envolvidos com as novas graduações, fizessem um balanço do caminho trilhado até aqui e passassem a discutir não apenas a maneira como estão sendo formados os futuros colegas, mas também





para que os estamos formando? Penso que sim. E penso que esse balanço e essa reflexão passam, necessariamente, pela concepção do que seja a arqueologia no vasto campo das ciências humanas, mas também sobre a cultura material. Se ambas as definições não parecem ser tarefas simples, podemos, ao menos, refletir sobre a superação do arqueólogo que estuda artefatos do passado, ou mesmo do arqueólogo que estuda as culturas do passado a partir da cultura material. Como dito acima, essas concepções não dão conta dos temas ligados ao patrimônio e às identidades.

Ao se enfrentar com “situações reais de combate”, ou seja, com os desafios do impacto do desenvolvimento econômico sobre os patrimônios e as identidades locais, algo cada vez mais frequente, os arqueólogos se veem diante de uma falta de preparo teórico e prático que provoca sérias implicações no resultado de suas intervenções. Em primeiro lugar, porque esses impactos estão se dando, em muitos casos, sobre elementos materiais que ainda têm significados no tempo presente. E aqui não há a intenção de minorar a importância daqueles elementos relacionados a realidades passadas e sem maiores repercussões imediatas na sociedade contemporânea, como podem ser os sítios arqueológicos localizados em áreas distantes de alguma ocupação atual. Trata-se, apenas, de considerar o potencial conflituoso de elementos da cultura material, cujos aspectos simbólicos operam com força na contemporaneidade. Refiro-me às obras que acabam colocando escolhas difíceis: preservar ou descartar? Temos assistido, em alguns casos, ao esforço na preservação, a ponto de alguns críticos destacarem uma “ditadura do patrimônio” ou um excesso de patrimonialização em curso. A opção pela preservação gera novos desafios. A partir de que ferramentas teóricas e de que pressupostos metodológicos se definirá o que será preservado? E, uma vez decidido, como se dará a continuidade dessa preservação? São, esses, os temas que devem interessar aos arqueólogos? A resposta positiva deveria ser óbvia, mas não é o que se tem visto.

Pode-se tributar o afastamento de muitos arqueólogos das questões elencadas acima à própria formação recebida. Se compartilharmos da ideia de que cabe ao arqueólogo estudar as sociedades do passado via cultura material por elas produzida, utilizada e descartada, esses temas passam ao largo do ofício e devem ser deixados a cargo de outros profissionais, quais sejam, antropólogos, museólogos, conservadores, restauradores, entre outros. Contudo, se ampliarmos o leque de possibilidades de atuação dos arqueólogos partindo da premissa *cultura material*, nos veremos diante da necessidade de ampliar também nossos campos de interesse.





Muito se tem falado em equipes multi, inter ou transdisciplinares quando os arqueólogos estão envolvidos em projetos de média ou grande envergadura. Independentemente da concepção que se tenha dessa “colaboração” entre disciplinas, em geral, as equipes buscam contar com arqueólogos, antropólogos, historiadores, biólogos, museólogos, arquitetos, pedagogos, entre outros, dependendo das exigências enfrentadas. Na prática, acaba ocorrendo uma divisão de tarefas, sendo que cada especialista realiza a parte que lhe toca. Em tese, não haveria problemas, se os projetos não se esgotassem nessa divisão. Considerando projetos que se iniciam por uma demanda arqueológica, cabendo, assim, ao arqueólogo reunir a equipe de especialistas e definir as estratégias em conjunto com os demais, cabe aos arqueólogos gerir todo o processo, em todas as suas etapas. Contudo, isso não significa apenas delegar aos representantes de outras áreas do conhecimento a realização das etapas para as quais o arqueólogo não estaria habilitado, como são a pesquisa histórica, a definição de metodologias museais, a educação patrimonial, a conservação e exposição públicas de artefatos eventualmente resultantes de escavações, entre outras.

Implica, isto sim, em primeiro lugar, que o arqueólogo reconheça o fato de que essas atividades não fazem parte de seu trabalho apenas para cumprir protocolos e legislações; na realidade, trata-se de uma concepção mais ampla do que seja cultura material e todas as suas dimensões, tanto no passado quanto no presente. O que se exige dos arqueólogos é o desenvolvimento de uma sensibilidade para essas questões, de forma que ele não apenas inclua as outras áreas em seus projetos, mas que se envolva com as mesmas, compreenda sua importância e tenha capacidade de inserir os aspectos teóricos e metodológicos dessas áreas em suas estratégias de intervenção.

Em segundo lugar, que os arqueólogos assumam o fato de que, cada vez mais, as comunidades em presença estão a reivindicar suas memórias, histórias e identidades. E isso passa, necessariamente, por aspectos da cultura material do tempo presente, seja ela uma edificação, uma capela, uma casa, um curral, etc., seja ela a transformação de uma paisagem, como um velho caminho, um bosque, o passo de um rio, etc., seja ela um determinado tipo de *souvenir*, produzido nos dias de hoje, mas cujas referências remetem a um passado, ou seja, ainda uma coleção de artefatos que se encontra em museus ou casas de memória. É essa dimensão ampla da cultura material que deve interessar aos arqueólogos.

Arqueólogos, historiadores, antropólogos, sociólogos, museólogos, conservadores, restauradores, arquitetos, geógrafos, artistas plásticos,





designers, psicólogos, entre tantos outros, giram em torno de um mesmo objeto: o ser humano. O estudam, vasculham suas coisas, seus feitos, seus produtos materiais, seus ambientes, seus gostos, seus símbolos, suas mentes. O fazem a partir dos mais distintos marcos analíticos e interpretativos, mas perseguem o mesmo fim, ainda que o encastelamento herdado do século XIX não lhes permita admiti-lo. Todos podem (e devem) tocar a mesma música, com distintos instrumentos. Solos de guitarra podem ser sublimes, mas se tornam enfadonhos quando tocados longamente sem a intervenção de outros instrumentos. Ou alguém admite que “*Stairway to heaven*” possa ser desfrutada apenas por meio da guitarra de Jimmy Page e sem a intervenção de Robert Plant, John Bonham e John Paul Jones? Bandas, orquestras, conjuntos musicais são formados por músicos com diferentes habilidades e formações, mas encontram sentido quando se reúnem e se permitem escutar uns aos outros, em busca de uma harmonia. Ou seja, não se trata de que os arqueólogos devam se converter em homens-banda, querendo executar todos os instrumentos; trata-se, isso sim, de ouvir os demais, entrar em sintonia.

Para voltar aos fatos que me levaram a iniciar este ensaio, considero que, se eu pude experimentar as mais distintas sensações de dor, perda, saudade, estranhamento, apego, entre outras, ao lidar com as “coisas” de minha mãe e os “restos” de meu pai, é válido considerar que essas sensações também ocorram com outras pessoas, quando se trata de “seus” bens, “seus” pertences, “seus” patrimônios. E não é sobre esses bens, pertences e patrimônios alheios que os arqueólogos intervêm na maior parte de suas atividades? Então, quais são as habilidades que devem ser desenvolvidas, para que os arqueólogos possam unir todo o saber técnico e metodológico, inerente ao fazer arqueológico, àqueles aspectos de sensibilização para o patrimônio e as memórias e identidades alheias? Creio que a resposta deva ser buscada no repensar constante da formação que se está oferecendo aos futuros arqueólogos, ao mesmo tempo que se repense a real dimensão da cultura material na existência humana, não apenas no passado como também no presente. Se os arqueólogos realmente desejarem encontrar o seu *locus* nas ciências humanas, penso ser esse o da cultura material, em seu mais amplo espectro. Esse é o *métier* privilegiado no qual podemos nos situar. Para tanto, é preciso admitir que a cultura material é aquela do ontem e do hoje; é a relação intrínseca entre o fenômeno humano e a cultura material que deverá nos interessar e para cujo estudo deveremos estar cada vez mais capacitados.



Notas

¹ Trata-se, na verdade, de uma edição condensada de três capítulos de três obras distintas de Stallybrass. O capítulo com o qual pretendo que meu texto dialogue chama-se “A vida social das coisas: roupas, memória e dor”, originalmente publicado em STALLYBRASS, Peter. Worn worlds: clothes, mourning, and the life of things. *The Yale Review*, 81(1), 1993.

² É o próprio Marx que esclarece que esses *momentos* não são etapas sucessivas, mas “três aspectos ou, para escrever de

maneira clara aos alemães, como três momentos, que coexistem desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história”. (p. 42). Esse comentário demonstra que para Marx não havia uma sucessão de eventos cumulativos que levassem os humanos a passar a ter uma “história” de sua espécie, mas que a necessidade de permanecer vivo e a fabricação dos meios materiais para tanto eram aspectos dialeticamente interligados, sem os quais não haveria humanidade, nem história humana.



Referências

- BEZERRA, Márcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21, n. 2, p. 139-154, 2008.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN-CM, v. 16, p. 11-47, 1989.
- JONES, Andrew. *Memory and material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LEAKEI, L. S. B.; TOBIAS, P. V.; NAPIER, J. R. A new species of the genus homo from Olduvai Gorge. *Nature*, v. 202, Issue 4927, p. 7-9, 1964.
- LEWIN, Roger. *Evolução humana*. São Paulo: Atheneu, 1999.
- LIVINGSTONE, Joan; PLOOF, John. *The object of labor: art, cloth and cultural production*. Chicago: MIT Press, 2007.
- MESKELL, Lynn Ed. *Archaeologies of materiality*. Oxford: Blackwell, 2005.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã: Feurbach*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MENESES, U. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, v. 15 (nova série), p. 103-112, 1983.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *A história nova*. São Paulo: M. Fontes, 1993.
- RENFREW, Colin; SCARRE, Chris. *Cognition and material culture: the archaeology of symbolic storage*. Cambridge: Mc Donald Intitute Monographs, 1998.
- SCHIFFER, Michael, MILLER, Andrea. *The material life of human beings: artifacts, behavior and communication*. New York: Routledge, 1999.
- STALLY BRASS, P. *Worn Words: clothes, mourning, and the life of things*. The Yale Review, (81)1, 1993.
- SKIBO, James; SCHIFFER, Michael B. *People and things: a behavioral approach to material culture*. New York: Springer, 2008.
- WOODWARD, Ian. *Understanding material culture*. London: Sage Publications, 2007.